

Percepção dos professores de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia sobre o atendimento aos alunos com deficiência

Professor's perception of a Federal Institute of Education, Science and Technology on the service of students with disabilities

Cesar Gomes de Freitas*

Cristina Maria Delou**

Helena Carla Castro***

Resumo

As políticas de inclusão dos alunos com deficiência (AD) são uma realidade na legislação educacional atual. Porém, a inclusão na prática ainda apresenta inúmeros desafios para tornar-se realidade no dia a dia das Instituições de Ensino que incluem desde a falta de materiais até a falta de preparação dos professores para contribuir com a inclusão dos AD no ambiente acadêmico. O presente trabalho procurou investigar a realidade e percepção dos professores de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil da região norte do País em relação ao atendimento aos alunos com deficiência. Este trabalho utilizou uma abordagem quali-quantitativa com o uso de questionários e entrevistas. Os resultados mostram a confirmação da literatura sobre a preparação insuficiente dos professores entrevistados quanto ao atendimento dos AD. O desconhecimento das práticas e ações da Instituição no sentido de capacitá-los e a manutenção do formato das aulas, ainda que existam AD presentes, apontam para a urgência de medidas para alterar esse cenário no qual 5% das vagas da referida Instituição são reservadas para esse público.

* Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz; Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco, Brasil; Email: cesar.freitas@ifac.edu.br

** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora na Universidade Federal Fluminense, Brasil; Email: cristinadelou@id.uff.br

*** Doutora em Biologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Professora na Universidade Federal Fluminense, Brasil; Email: hcastrorangel@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação especial. Professores. Institutos Federais.

Abstract

The policies of inclusion of students with disabilities (SD) are a reality in the current educational legislation. However, the inclusion in practice still presents many challenges to become a reality on a daily basis of educational institutions which include since the lack of materials to the lack of preparation of professors to contribute with the inclusion of SD in the academic space. The present study sought to investigate the reality and perception of professors of a Federal Institute of education, science and technology of Brazil in the northern region of the country in relation to the service to students with disabilities. This work used a quali-quantitative approach with the use of questionnaires and interviews. The results show the confirmation of literature on insufficient preparation of the professors interviewed about the attendance of the SD. The unawareness of practices and actions of the institution in order to empower you and maintaining the format of lessons still to act SD gifts, points to the urgency of measures to change this scenario in which 5% of the vacancies are in the institution are reserved for this public.

Keywords: Special education. Professors. Federal Institutes.

Introdução

Dentre os objetivos das instituições de ensino na atualidade, um dos maiores e mais desafiadores é a necessidade da inclusão total dos alunos com algum tipo de deficiência em todos os níveis e modalidades. Seja na educação formal ou não formal, é necessário buscar a adaptação dos espaços de aprendizagem e planejar ações para alcançar as condições efetivas para a inclusão de alunos com deficiência (AD), sendo essa uma batalha de toda sociedade e não restrita apenas às escolas e às demais instituições de ensino. Ensina Mazzotta (2011) que a busca por cidadania e da igualdade na educação de pessoas com deficiência ainda é um processo novo e em desenvolvimento em nossa sociedade.

Neste contexto, objetivos como a adequação dos espaços físicos, dos recursos pedagógicos utilizados e a necessária formação e capacitação de professores entraram na pauta das exigências para uma escola verdadeiramente acessível para todos os seus alunos. Entretanto, considerando-se que acessibilidade não se restringe somente à parte física,

outros aspectos ainda devem ser trabalhados como por exemplo: a comunicação e a formação profissional de todos os envolvidos, incluindo os gestores no que diz respeito ao atendimento das pessoas com deficiência (GUERREIRO, 2012).

Quando analisamos a emergência da Educação Especial como campo do saber, verificamos, conforme Leandra Possa (2016, p. 535), que: “esta é uma história nada singular ou evolutiva”. Mas que vem, aos poucos, emergindo como tema importante da educação e do ensino.

A sociedade mudou significativamente quando se avalia o tratamento dispensado às pessoas com deficiência, considerando-se principalmente épocas remotas na qual era comum abandonar crianças com deficiência nas florestas ou jogá-las nos rios, sendo que, para aqueles que chegavam à vida adulta, o tratamento ainda era cruel (SMITH, 2008). Nesta lenta, mas gradual evolução, o atendimento, a prestação de serviços e a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na vida da sociedade ganharam qualidade e importância por vezes com o auxílio de legislação específica (BRASIL, 2008).

Nas últimas décadas, houve um aumento no número de matrículas de AD no Brasil, com resultados destacados do seu desenvolvimento acadêmico. Contudo, ainda há falhas, lacunas e queixas de exclusão do aprendizado deste público específico (LIMA, 2010). Tais preocupações não são novas, uma vez que, segundo Caiado, Jesus e Baptista (2011, p. 17): “Os atendimentos educacionais especializados aos alunos com deficiência têm sido um dos grandes desafios para os profissionais da Educação, principalmente no que se refere à sua articulação com o ensino comum” e a educação superior.

Cabe aos professores um papel central na Educação Especial, uma vez que, conforme Tavares et al (2016), esse profissional é considerado ator de suma importância dentro das instituições de ensino por seu papel de central no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a percepção destes profissionais sobre o atendimento aos alunos com deficiência torna-se relevante para analisar o processo de inclusão deste público.

Como em qualquer instituição de ensino, o desafio da acessibilidade e inclusão estão presentes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. Constituída por 38 institutos e mais de 400 campi que oferecem cursos gratuitos do nível médio até o pós-doutorado (REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E

TECNOLOGICA, 2013), com a missão formar cidadãos habilitados e preparados para a vida profissional, a busca de um perfil inclusivo torna-se determinante para contribuir com os índices de formação de seus alunos com deficiência.

No intuito de manter a sua missão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da região Norte do país em análise, denominado neste trabalho pelas iniciais IFECT, iniciou suas atividades acadêmicas em 2010.

Presentemente, o IFAC oferece Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas integradas ao ensino médio e subsequente, Cursos Técnicos de nível médio modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com o programa PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional), Cursos Superiores de Tecnologia, além de Programas, como Mulheres Mil e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Tendo em vista que o IFECT reserva 5% de suas vagas para AD anualmente e baseado na perspectiva do ensino para todos, o objetivo do presente estudo foi realizar um estudo de caso, investigando e analisando a percepção dos professores do ensino técnico-profissional em relação às condições de atendimento aos estudantes com deficiência oferecidas pelos campi do respectivo Instituto Federal (IFECT), um dos Institutos da Rede Federal brasileira, no sentido de identificar pontos a serem melhorados no atendimento do público com deficiência do IFECT e de servir de orientação para outros Institutos Federais e instituições de ensino.

Materiais e métodos

Este trabalho utilizou a abordagem quali-quantitativa que empregou questionários (contendo questões fechadas, abertas e semiabertas) além de entrevista com roteiro semiestruturado como formas de avaliação (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

O Instituto Federal escolhido localiza-se em um Estado da Região Norte do país e sua escolha resultou da sua característica de ser uma instituição com implantação recente, com reserva de 5% das vagas para AD.

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz, parecer número 644 846, a pesquisa foi realizada entre setembro de 2014 e janeiro de 2015 a partir do envio, por e-mail, dos questionários, juntamente com o termo de livre consentimento esclarecido, contendo 22 (vinte e duas) questões, a todos os 248 professores do referido Instituto.

Além dos questionários quantitativos, foram realizadas entrevistas que possibilitaram, além de novas informações e esclarecimentos, uma análise qualitativa por meio de questões que emergiram no contexto das entrevistas (PATTON, 1980 apud COHEN et al., 2001).

Por se tratar de um estudo quali-quantitativo, as respostas para as perguntas utilizadas nas entrevistas foram categorizadas conforme a análise de conteúdo segundo Bardin (2002), em que considerou-se as principais ideias e concepções apresentadas, formando, assim, três categorias fundamentais, reflexo à construção social do participante (CAREGNATO; MUTTI, 2006), a saber: intérpretes, ações estruturantes e formação de professores. A análise quantitativa foi apresentada por meio de gráficos em frequência simples, de acordo com a proposta de Triviños (2008).

Resultados e discussão

Os professores ainda são considerados um dos elementos centrais para o sucesso do processo ensino-aprendizado. Segundo Terra e Gomes (2013, p. 117), quando o assunto é educação especial, sua relevância neste processo torna-se ainda mais crítica: “A inclusão escolar implica, efetivamente, um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por eles”.

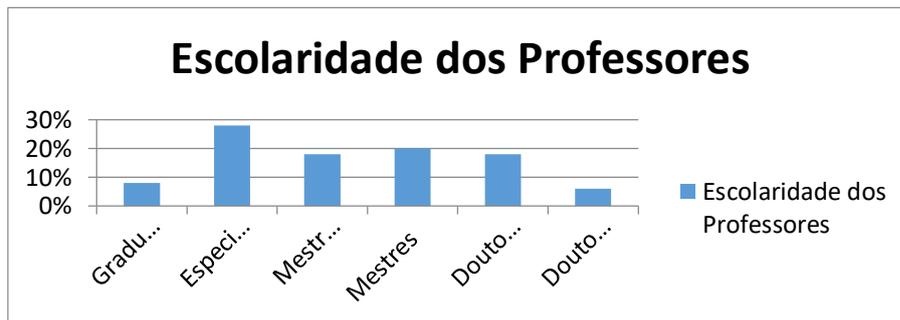
Dada essa relevância, este trabalho buscou conhecer a realidade e perspectiva da educação especial na visão dos professores de um Instituto Federal do Brasil, instituição que atende um amplo espectro de alunos, do ensino médio e técnico até cursos superiores e licenciaturas, tendo 5% de suas vagas reservadas a esse público.

Na época da realização da pesquisa, o IFECT analisado possuía 248 professores, para os quais foi enviado via e-mail o questionário da pesquisa, sendo esse respondido por 53 dos 283 professores, perfazendo uma amostra de 21% do número total de desses profissionais no IFECT.

Na análise do perfil dos respondentes, observa-se que dos 53 professores que participaram da pesquisa, 27 são do sexo masculino e 26 pertencem ao sexo feminino.

Quanto à escolaridade, 8% são graduados, 28% possuem especialização, 18% estão cursando mestrado, 20% possuem a titulação de mestre, 18% estão cursando o doutorado e 6% são doutores.

Gráfico 1 – Escolaridade dos Professores



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Com relação ao tema da pesquisa, quando questionados se atendiam alunos com deficiência, 31 (58%) dos entrevistados responderam positivamente, enquanto 19 (35%) responderam negativamente. Outros 03 professores (6%) responderam não saber se atendiam alunos com deficiência, o que denota um desconhecimento ou descompromisso preocupante no atendimento deste público, que deveria ser reconhecido e identificado para ser prontamente atendido, já que a instituição tem reserva de vagas para os mesmos.

Gráfico 2 – Atendimento a alunos com deficiência



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Os dados sobre esse atendimento sugerem que, quando o professor possui, em suas turmas, alunos com deficiência, ficam mais propensos e/ou sensibilizados a responder um questionário sobre o tema, considerando que informalmente alguns professores que não responderam ao e-mail justificaram que o motivo por não terem participado da pesquisa foi exatamente por não atenderem alunos com deficiência.

Com relação ao tipo de deficiência apresentadas pelos alunos atendidos pelos professores, foram relatados três casos de cegueira, quatro com dificuldades de locomoção, seis com síndromes e transtornos, seis com baixa visão e um caso de autismo, observando-se um elevado número de alunos com surdez, sendo vinte estudantes surdos no total.

No sentido de identificar o conhecimento dos professores sobre o IFECT e sua condição institucional quanto ao tema, foi questionado sobre se as ações referentes aos alunos com deficiência no IFECT seguem alguma diretriz, normas ou “*políticas institucionais*” específicas. A essa questão, 19 professores (35%) responderam positivamente, 09 (16%) responderam negativamente e, de forma preocupante, a maioria das respostas (47%) informou o desconhecimento dos professores sobre a existência de qualquer diretriz, norma ou “*política institucional*” específica.

O desconhecimento da posição institucional fragiliza legalmente a atuação do profissional, que definirá sua atuação a margem do que é estabelecido pelo IFECT em questão. Dentre os que relataram conhecer a existência de alguma diretriz (19), cinco professores citaram o Núcleo de Atendimento aos Estudantes com Necessidades Específicas (NAPNE), porém desconhecendo a existência de qualquer diretriz específica. Doze professores que responderam positivamente sobre o conhecimento da

existência de diretriz, não conseguiram citar qualquer diretriz ou norma e apenas duas professoras citaram resoluções específicas. Uma citou a resolução do IFECT que criou o NAPNE e outra citou a resolução do IFECT que regulamentou o funcionamento do NAPNE.

Ao identificarmos as regras institucionais do IFECT em questão, identificamos que não há qualquer diretriz específica sobre o tema na respectiva Instituição. De fato, conforme os dois professores indicaram, os únicos documentos sobre o tema são as resoluções de criação e de regulamentação do NAPNE (FREITAS et al, 2016).

A análise das percepções dos professores considerando categorias de respostas que poderiam afetar diretamente as atividades dos profissionais, resultou na classificação das mesmas em três categorias que denominamos de: Recursos de Atendimento, Ações Estruturantes e Formação de Professores.

Recursos de atendimento

Em relação à pergunta sobre a existência de ações acadêmicas adotadas pelo IFECT para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência, a maioria dos respondentes, 28 professores (52%) respondeu positivamente. Ao comentarem essa questão, os professores citaram a contratação de intérpretes para os alunos surdos, produção de material didático (ampliação de materiais para alunos com baixa visão), realização de palestras e cursos sobre a temática, sendo, em maior número, as referências sobre a existência do NAPNE.

Essa percepção desses profissionais vai ao encontro da atuação do referido Instituto Federal onde as ações mais visíveis são aquelas citadas, referente à contratação de intérpretes e à ampliação de materiais para estudantes com baixa visão. Entretanto, os NAPNEs têm com frequência desenvolvido cursos rápidos de formação e capacitação para os docentes com o intuito de prepará-los para o atendimento aos alunos com deficiência e poucos foram os professores que demonstraram interesse em tais cursos ou formação, como informou a coordenação do NAPNE. Esse fato pode estar relacionado com a questão de que ao não ter AD presentes em sala de aula, se veja obrigado ou estimulado para tal.

Para avaliar o reconhecimento das condições de trabalho e o cenário deste IFECT na perspectiva dos professores os questionam sobre a existência

de problemas relacionados ao atendimento dos alunos com deficiência enfrentados atualmente pelo IFECT. Neste contexto, 36 professores (67%) reconhecem que problemas existem, enquanto 15 professores (28%) informaram desconhecer a existência de problemas. Dentre os problemas citados na época estão o baixo número de intérpretes de Libras, ausência de orientação aos professores de como atender os alunos com deficiência, inexistência de material de apoio e falta de formação (cursos) específicos para os docentes relacionados a temática dos alunos com deficiência, estando este último em conflito com a existência e atuação do NAPNE no IFECT.

A situação dos intérpretes, no momento da compilação dos dados da pesquisa já foi amenizado com a contratação, via concurso, de interpretes próprios para os campi do IFECT. Um exemplo de como a situação já foi crítica, no segundo semestre de 2012 os alunos surdos não tinham interpretes, pois o IFECT não conseguia contratar profissionais por não haver estes profissionais disponíveis no mercado, havendo como consequência a reprovação dos estudantes no respectivo semestre.

A literatura ressalta a essencialidade e importância da presença do intérprete para o desenvolvimento acadêmico-intelectual do público surdo que tem a Libras como primeira língua garantida por lei mas que sofre com a ausência de profissionais qualificados disponíveis no mercado (COOL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Ações estruturantes da Instituição analisada

Quanto à existência de ações estruturais adotadas pelo IFECT para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência, 49% dos professores participantes da pesquisa responderam de forma positiva, enquanto 32% responderam não saber. As ações estruturais mais citadas pelos docentes foram a construção de rampas, vagas especiais no estacionamento e banheiros adaptados. Ainda assim, foram relatados problemas de acessibilidade nos prédios do IFECT, o que vai ao encontro da literatura que, conforme Lima (2010, p. 55): “O processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência envolve alteração na estrutura física da escola e dos outros ambientes e espaços”.

Em virtude dos campi do IFECT estarem instalados em edifícios novos, construídos especialmente para as instalações acadêmicas, estes

seguem os padrões de acessibilidade. A exceção é um câmpus do interior que ainda está instalado em uma antiga escola pública adaptada para recebê-lo, enquanto o prédio próprio é construído.

Em relação à existência de espaços pedagógicos e/ou materiais específicos para uso dos alunos com necessidade do IFECT, a maioria (73%) os desconhecem, o que vai ao encontro do reconhecimento do NAPNE por apenas 35% desses professores.

Em acordo com isso, os professores que responderam positivamente citaram, em sua maioria, os esforços do NAPNE para adaptar os materiais didáticos aos alunos, especialmente, os com baixa visão. De fato, nenhum dos campi efetivamente dispõe de espaços pedagógicos específicos para atendimento dos AD que poderia facilitar e melhorar seu desempenho acadêmico.

Formação dos professores

Sobre a existência de ações do IFECT focada nos docentes para melhorar/aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência, 12 professores (22%) responderam positivamente, 20 professores (38%) responderam negativamente e 20 professores (38%) responderam não saber. Entre as ações citadas, verificam-se a realização de palestras e cursos básicos de linguagem dos sinais (libras) oferecidos pelo NAPNE aos professores e técnicos dos campi.

Chama a atenção o percentual de 76% dos docentes incapazes de citar ações do IFECT focada nos professores visando melhorar o atendimento aos alunos com deficiência. Como há registro de que tais ações efetivamente acontecem, tem-se como hipótese para este desconhecimento a falta de interesse dos professores, pelo fato de não terem obrigatoriedade e/ou por não estarem atendendo no presente momento algum AD, ou ainda problemas na comunicação destas ações. Segundo as coordenações dos NAPNEs, a comunicação destas ações é feita através do *e-mail* institucional.

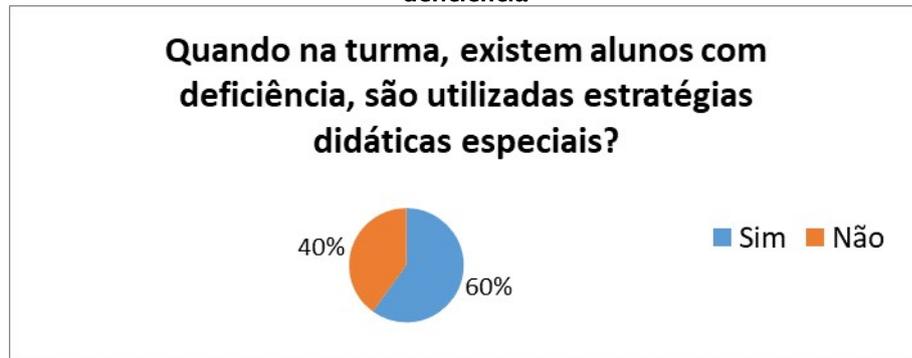
Ao serem questionados sobre a existência de alguma forma de avaliação do ensino-aprendizado especialmente voltada aos alunos com deficiência, apenas oito professores (15%) responderam positivamente. As formas de avaliação voltadas aos alunos com deficiência citadas nesta questão foram a adaptação do conteúdo ao contexto da necessidade, mudança dos objetivos em relação ao nível do conteúdo, além de dois

docentes que registraram que, quando existem, acontecem por iniciativa individual dos docentes. Torna-se preocupante o percentual de 85% de docentes que não utilizam ou desconhecem formas de avaliação especificamente voltadas aos alunos com deficiência, sendo esse um cenário que depende da capacitação profissional deste para o atendimento dessa questão.

Quanto à existência de alguma forma de acompanhamento e verificação da inclusão especialmente voltada aos alunos com deficiência, novamente apenas oito professores (15%) responderam positivamente. Os docentes justificaram as respostas positivas indicando que o NAPNE realiza, ou deveria realizar este acompanhamento. Na prática, tal avaliação, quando existe, é bastante limitada e falha, pois não há formas institucionais de acompanhamento e verificação da efetividade da inclusão, segundo as coordenações dos NAPNEs.

Quando questionados se eles próprios utilizam alguma estratégia didática com os alunos com deficiência, 60% respondeu positivamente, sendo estratégia citada pela maioria dos docentes a ampliação de materiais para alunos com baixa visão, realizado com o apoio do NAPNE. Outras estratégias também foram citadas indicando o posicionamento em sala no caso de existência de alunos surdos que realizam leitura labial, disponibilidade de aulas de reforço, preparação de recursos visuais didáticos especiais para os alunos de baixa visão, flexibilidade na forma e prazos de avaliação. Três professores que responderam negativamente informaram nunca ter trabalho com alunos com deficiência e chamou a atenção o depoimento de uma das participantes da pesquisa; a Professora "a": "Tento ser atenciosa com eles, mas não sou preparada para trabalhar com eles".

Gráfico 3 – Utilização de estratégias didáticas especiais para alunos com deficiência



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Com análise dessa questão, percebe-se o quanto ainda é necessário avançar no atendimento aos alunos com deficiência no Instituto pesquisado, uma vez que quase 40% dos professores participantes da pesquisa responderam não utilizar estratégias didáticas específicas para atendimentos aos alunos com deficiência. Mesmo entre os que responderam positivamente, percebem-se ações bastante limitadas, considerando que a literatura relata formas que vão desde tecnologia assertiva até uma ampla variedade de serviços correlatos, que se combinam para criar equipes multidisciplinares (SMITH, 2008).

Ao serem questionados se quando há alunos com deficiência, suas aulas são iguais àquelas quando não há a presença destes alunos, 24 professores (45%) responderam que sim e 26 professores (49%) responderam que não. Outros três professores não responderam a questão em virtude de nunca terem trabalhado com alunos com deficiência, o que não impediria a resposta.

Nas justificativas desta questão, alguns comentários dos participantes da pesquisa são importantes de serem avaliados qualitativamente, visto que denota a falta de preparo dos profissionais daqueles que já tiveram alunos deste tipo e estão mostrados no quadro 1:

Quadro 1 – Justificativas dos professores por não diferenciarem suas aulas tendo ou não alunos com deficiência presentes em sala

Professor	Resposta
"b"	"Não sei como agir. Tentei estratégias como ficar voltada para eles para que tentassem a leitura labial, porém eles não a fazem... tentei entregar apostilas antes e levar mais apresentações em data show, mas eles não sabem ler ou escrever".
"c"	"Por vários motivos: primeiro os estudantes não sabem que o meu planejamento é diferenciado; segundo, se houver um planejamento prévio para a aula, não há necessidade da mudança, e terceiro, porque, em minha opinião, notadamente fazer uma aula diferente pode levar os demais alunos a fazerem comentários e acabarem 'ferindo' os alunos com deficiência".
"d"	"Esforço-me para envolver todos no assunto. Não direciono as falas especificamente aos alunos com deficiência para não constrangê-los ou parecer que a aula seja somente para eles".
"e"	"Não sou preparado para trabalhar com alunos com deficiência".

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Neste item, as respostas e os depoimentos demonstram novamente, o longo caminho ainda necessário para oferecer um atendimento efetivamente inclusivo aos alunos com deficiência, em especial, pela falta de preparo, informação, formação e capacitações dos professores para este público específico, cuja graduação aparentemente não os preparou para esta importante e obrigatória tarefa.

Sobre a participação em algum curso ou formação voltado diretamente para o atendimento aos alunos com deficiência, apenas 17 professores (32%) responderam sim, enquanto 36 professores (67%) responderam não. Os cursos e formações citados foram referentes a inclusão, curso de libras, curso de atendimento a alunos com baixa visão e cegueira, e oficina sobre alunos com altas habilidades.

Considerando-se ainda que o referido Instituto Federal oferece, por meio do NAPNE, cursos de formação e capacitação para os professores, com relativa regularidade, surpreende o percentual de 70% dos professores responderem nunca ter participado de algum curso ou formação voltados ao atendimento dos alunos com deficiência. Tal situação poderia ter, pelo menos, duas explicações que inclui novamente a falta de interesse dos professores por tais cursos quando oferecidos ou a falta de comunicação, sem que os professores recebam as informações sobre o curso, perdendo assim a oportunidade de participar dos mesmos.

Em relação à existência, em suas formações acadêmicas (graduação ou licenciatura), de disciplinas que abordavam temas ligados à Educação Especial ou inclusão de pessoas com deficiência, apenas 13 professores (24%) responderam positivamente e 40 professores (75%) responderam negativamente. O baixo número de respostas positivas pode ter como razão o fato da diversidade de formação dos professores dos Institutos Federais, sendo grande número destes com bacharelado. As respostas positivas foram predominantemente de professores com formação em licenciaturas. Há que se considerar que raríssimos cursos de mestrado e doutorado possuem disciplinas voltadas para esse tema, como são exemplos a Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e a Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia da UFF (Universidade Federal Fluminense), ambas com formato optativo o que também não garante a uniformidade de formação dos mestres e doutores nesta temática.

Ainda sobre a formação acadêmica, quando questionados se achavam se deveria haver mais disciplinas que abordassem temas ligados à Educação Especial ou inclusão de pessoas com deficiência, 50 professores (94%) responderam positivamente, mostrando a compreensão da necessidade de capacitação frente a demanda e apenas 03 (6%) responderam negativamente.

Isso vai ao encontro da justificativa da maioria das respostas lembrando a necessidade dos professores em preparar-se adequadamente para receber todos os tipos de alunos, em especial os com deficiências. Depoimentos de docentes entrevistados reforçam ainda a necessidade de discussão dessa questão para esclarecimento dos profissionais:

Professor “f” – resposta positiva: “Não se pode fugir de uma política de estado que foi empurrada a goela a baixo como foi feita nas escolas de todo o Brasil. As escolas especiais foram desativadas e criadas nas escolas ditas “normais” as salas de recursos. Os alunos com deficiência foram levados a se integrar no âmbito escolar de uma hora para outra e os professores não foram preparados para essa mudança tão abrupta. Tenho conhecimento de relatos nada agradáveis sobre o assunto”.

Professor “g” – resposta negativa: “Não, pois sou bacharel em administração, creio que não seria o foco da formação. Porém creio que a rede federal tem profissionais gabaritados a nível internacional, falta sim uma política pública federal, ou ainda em nível de instituição, a condição de aperfeiçoamento, e com inserções de atualização dessa formação”.

Apesar das poucas respostas negativas, a maioria dos docentes participantes da pesquisa demonstra consciência da necessidade de aprimoramento e desenvolvimento de técnicas e estratégias para o atendimento efetivo aos alunos com deficiência, indo ao encontro de autores como Orrú (2012) e Terra e Gomes (2013).

A maioria dos professores que respondeu ao questionário concorda que na formação de gestores de instituições de ensino (escolas, institutos e universidades) deveria haver a presença de temas ligados à Educação Especial ou à inclusão de pessoas com deficiência. Demonstrando, novamente, consciência sobre a necessidade de formação, no caso para gestores das Instituições de Ensino, para aprimoramento do atendimento aos AD.

Quanto ao oferecimento de acessibilidade total referente a todos os cursos oferecidos pelo IFECT a toda e qualquer pessoa com qualquer tipo de necessidade específica, 28 professores (53%) responderam positivamente enquanto 23 professores (43%) responderam negativamente. As respostas positivas foram justificadas pela existência de legislação específica referente à inclusão, enquanto outros lembraram a responsabilidade social das instituições de ensino. Em contraste, os docentes cujas respostas foram negativas se justificando pela falta de vontade política e pela falta de formação e treinamento para os professores e técnicos, ignorando de certa forma, que a lei existe e deve ser cumprida. Alguns depoimentos chamaram atenção, como os exemplos no quadro 2.

Os depoimentos observados no quadro 2 corroboram a afirmação de Soares e Carvalho (2012, p. 11) sobre educação especial: “Trata-se, então, de um tema importante e polêmico que envolve a dimensão da desigualdade social, da exclusão dos indivíduos dos mais diversos bens sociais, principalmente da educação”.

De acordo com Terra e Gomes (2013), os professores são os que efetivamente carregam a árdua tarefa de conciliar, mesmo com todas as carências existentes no sistema educacional brasileiro, suas atividades, a fim de atingir satisfatoriamente, a todos os seus alunos, inclusive, alunos com deficiência, visando transpor todas as dificuldades existentes na sua inserção e inclusão à rede regular de ensino. Neste contexto, o entendimento de que, como profissionais de ensino em exercício, eles não podem se furtar de cumprir a lei, muito menos quando citam como cauda para o não cumprimento sua própria formação “incompleta”. A necessidade de qualificação se torna mandatória.

Alguns dos depoimentos de docentes que participaram da pesquisa corroboram o alerta de Mazzotta (2011) de que as coisas e situações desconhecidas causam temor e que a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas com deficiência, por 'serem diferentes', fossem marginalizadas ou ignoradas. O desconhecimento sobre essas deficiências, agravada pela ausência de cursos e formações, apresenta-se por si só, como um sério problema e obstáculo para uma inclusão efetiva destes estudantes. Não podendo ser utilizada, contudo, como justificativa para o não cumprimento de suas obrigações profissionais com qualidade.

Quadro 2 – Justificativas dos professores a resposta sobre a possibilidade de inclusão total dos alunos do IFECT

Professor	Resposta	Justificativa
"h"	Não	"Creio que não seja possível, pois cada curso tem suas especificidades, não sei que estou sendo preconceituosa, mas não vejo a possibilidade de um deficiente visual fazer um curso de Segurança no Trabalho, por exemplo".
"i"	Não	"No momento, não há infraestrutura e nem equipe para essa total acessibilidade".
"j"	Não	"O docente e a própria estrutura ainda não estão preparados para tal ato".
"k"	Não	"Não, de acordo com as características de alguns cursos e suas especificidades, fica difícil o acesso a portadores de determinadas necessidades. A exemplo da área de agrárias para portadores de deficiências relacionadas à locomoção".
"l"	Não	"Acredito que deve ser feito um estudo minucioso da oferta de vagas para alunos com deficiência em cada curso, uma vez que cada deficiência tem sua limitação, e cada profissão exige pessoas com habilidades e pré-requisitos específicos. Desta forma, um determinado tipo específico de deficiência pode limitar a pessoa de exercer determinado tipo de profissão".
"m"	Sim	"Porque basta implantar as políticas que já existem na Instituição e trabalhar na formação contínua dos docentes para atender esse público".

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Ao trabalharem na ponta, atendendo diretamente aqueles aos quais se destinam todos os esforços do sistema educacional, os professores acabam arcando e sofrendo diretamente com os problemas e dificuldades da educação brasileira, especialmente, conforme verificado nas respostas e nos depoimentos, no que tange a Educação Especial de nossos estudantes com deficiência. Verificando-se os dados obtidos neste trabalho, percebe-se necessário considerar a observação de Lima (2010) referente aos

componentes do processo de inclusão escolar, de que a busca por uma formação humanista dos docentes, abordando as situações de deficiência e necessidades educacionais específicas das pessoas é fundamental e indispensável e mais que tudo, presentes no universo de formação, incluindo ensino superior e pós-graduação.

Já existem relatos, como o de Tenor e Deliberato (2015), apresentando formas de sistematização de um programa de capacitação aos professores do aluno surdo que podem servir de referência para planejamento e execução de ações nesta área.

Considerações finais

O ensino aos alunos com deficiência é um desafio para professores, pedagogos, pessoal de apoio escolar e, conseqüentemente, para todas as instituições de ensino. De maneira especial, por seu contato direto com os alunos, os professores precisam adaptar suas didáticas, estratégias, projetos e materiais de ensino-aprendizagem para facilitar a inclusão dos estudantes com deficiência, necessitando para isso constante apoio institucional.

Porém, conforme apontam os professores participantes desta pesquisa e servidores do IFECT, na prática, as coisas nem sempre são como deveriam ser e como a lei requer. Muito ainda precisa se avançar no atendimento aos alunos com deficiência para garantir uma inclusão efetiva. Os professores necessitam se capacitar para alcançar, a despeito de não acreditarem ser possível, o que cria desde o princípio uma barreira para sua plena atuação profissional.

Por meio da análise das respostas e depoimentos dos professores do IFECT analisado, percebemos neste estudo a consciência destes profissionais sobre a necessidade de formação e capacitação em relação ao atendimento aos alunos com deficiência. Porém, tal consciência não se concretiza em conhecimento e/ou participação efetiva dos mesmos nos cursos e formação oferecidos pela Instituição, em parte pela dificuldade de conciliar as atividades diárias (aulas, orientações, participações em comissões, etc.) com a participação em cursos de formação e capacitação.

Ainda conforme as respostas e depoimentos, restam ainda preconceitos e mitos por parte de número relativamente alto de docentes em relação ao atendimento oferecido aos alunos com deficiência, reforçando a

urgência no esclarecimento dessa classe de profissionais por meio de formações e capacitações específicas.

Os desafios da educação especial inclusiva ainda continuam grandes, segundo o presente estudo de caso, de maneira específica em Instituições que trabalham com a perspectiva de inclusão total dos alunos com deficiência como é o caso dos Institutos Federais do Brasil.

Apesar da amostragem de profissionais não ser considerada significativa (21%), ela reflete parte do ambiente em que o aluno é inserido. O professor é o principal parceiro do aluno em seu percurso acadêmico. No entanto, o professor é ainda inseguro de sua capacidade profissional para o atendimento deste público.

Este trabalho foi compartilhado com os NAPNEs deste IFECT e está originando ações no sentido de capitalizar melhoria da formação destes profissionais nesta instituição tão jovem que já nasceu dentro dessa visão inclusiva.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. MEC, MEC/SEESP, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R. (Orgs.). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Edição/CDV/FACITEC, 2011.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto- Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, dez. 2006.

COHEN, Louis et al. **Research methods in education**. 5 ed. Inglaterra: Editora Routledge Falmer, 2001.

FREITAS, C. G.; DELOU, C. C.; CASTRO, H. C. Realidade e perspectivas da educação especial em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. In: FARIAS, C. S.; ARAUJO, J. C. do N. **Os Institutos Federais na Amazônia: caminhos, desafios e proposições**. Curitiba: CRV, 2016, p. 155–167.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, v. 25, n. 43, p. 217–232, maio/ago. 2012.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde**. São Paulo: Avercamp, 2010.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORRÚ, S. E. **Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

POSSA, L. B. A emergência da educação especial como campo do saber e suas atualizações para o presente. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, v. 29, n. 56, p. 521–536, out./dez. 2016.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. de F. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAVARES, L. M. L. et al. A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, UNESPE, Marília, v. 22, n. 4, p. 527–542, out./dez. 2016.

TENOR, A. C.; DELIBERATO, D. Sistematização de um programa de capacitação ao professor do aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, UNESPE, Marília, v. 21, n. 3, p. 409–422, jul./set. 2015.

TERRA, R. N.; GOMES C. G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, v. 26, n. 45, p. 109–124, jan./abr. 2013.